



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CERNACHE

QUADRIÊNIO 2021-25

MINUTA DA ATA NÚMERO ONZE

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Cernache, na Sala Novas Oportunidades, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Leitura e aprovação da ata;

Ponto dois – Informações;

Ponto três – Apreciação da Informação escrita do presidente da Junta de Freguesia acerca das atividades desta e da sua situação financeira;

Ponto quatro – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2023;

Ponto cinco – Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais;

Ponto seis – Apreciação e votação da Minuta do Município de Coimbra de Aditamento n.º 2 – Auto de Transferência de Competências na Junta de Freguesia de Cernache (art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril);

Ponto sete – Regimento – votação de proposta de alteração;

Ponto oito – Outros assuntos.

Esta minuta, sobre as deliberações mais importantes tomadas por esta Assembleia de Freguesia, foi elaborada nos termos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foi aprovada, com quatro votos a favor e cinco abstenções, a ata da reunião número dez.

A Assembleia de Freguesia fez uma apreciação da informação escrita e da situação financeira apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia e do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais.

A Assembleia de Freguesia apreciou e votou os seguintes documentos:

- aprovado, com quatro votos a favor, quatro abstenções e um contra, os documentos de prestação de contas do ano de 2023;

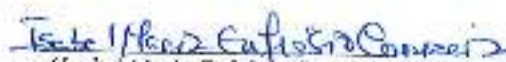
- aprovado, com quatro votos a favor e cinco abstenções, a minuta do Município de Coimbra de Aditamento n.º 2 – Auto de Transfência de Competências na Junta de Freguesia de Cernache (art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril);

- aprovada por unanimidade uma proposta de alteração do Regimento da Assembleia de Freguesia depois de uma pequena correção.

Foi lida e aprovada a ata em minuta por unanimidade dos presentes.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual foi elaborada a presente ata em minuta, que será assinada pelo presidente e pelo primeiro secretário da Mesa de Assembleia de Freguesia.

1.º Secretário


(Isabel Maria Eufrosina Correia)

O Presidente


(Rui António Seguro Apóstolo)



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CERNACHE
QUADRIÉNIO 2021-25
ATA NÚMERO ONZE

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Cernache, na Sala Novas Oportunidades, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Leitura e aprovação da ata;

Ponto dois – Informações;

Ponto três – Apreciação da Informação escrita do presidente da Junta de Freguesia acerca das atividades desta e da sua situação financeira;

Ponto quatro – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2023;

Ponto cinco – Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais;

Ponto seis – Apreciação e votação da Minuta do Município de Coimbra de Aditamento n.º 2 – Auto de Transferência de Competências na Junta de Freguesia de Cernache (art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril);

Ponto sete – Regimento – votação de proposta de alteração;

Ponto oito – Outros assuntos.

Presidiu à reunião o Presidente da Mesa de Assembleia (PMA) em funções, Rui Apóstolo, coadjuvado por Isabel Correia e Vítor Tenente, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários em funções.

Estiveram presentes, para além dos mencionados Membros da Mesa em funções, ainda os seguintes Membros:

- pela Coligação Democrática Unitária (CDU) – Arlindo Vieira, Nuno Rodrigues, José Campos e Fátima Ventura;
- pelo Partido Socialista (PS) – Marta Ferro;
- pelo Partido Social Democrata (PSD) – Marco Rodrigues.

Também estiveram presentes o presidente do executivo da Junta de Freguesia (JF), Victor Carvalho, e o secretário, António Lopes.

O PMA, Rui Apóstolo, após saudar todos os presentes em nome da Mesa da Assembleia de Freguesia, designadamente o público presente, e recordar a realização uma série de atividades, festas, eleições e comemorações, alertou para a extensa ordem de trabalhos e solicitou algum rigor nas intervenções a fim do tempo de reunião ser cumprido.

Deu início aos trabalhos dando a palavra a Marta Ferro que fez uma exposição sobre a cessação do protocolo de cedência da Escola de Vila Pouca à JF de Cernache pela Câmara Municipal de Coimbra e a cedência da mesma à Associação AnaJovem, que se anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.

O PMA perguntou a Marta Ferro se era o Partido Socialista que assinava a declaração e esta respondeu que não, que era a própria e esclareceu haver uma redação em nome pessoal e depois uma outra que remete para o PS.

De seguida passou a palavra a Isabel Correia que, a propósito do tema das escolas, informou o presidente da JF (PJF) de que a senhora Andreia Gonzalez lhe enviou uma mensagem de correio eletrónico, no dia doze de março, e que o pedido enviado nessa missiva ainda não mereceu resposta. O PJF solicitou informação sobre o teor dessa mensagem e Isabel Correia aproveitou para informar a AF de que nesta mensagem, a senhora Andrei Gonzalez informava que estava, juntamente com outras famílias, a desenvolver um projeto educativo, dirigido ao ensino pré-escolar e nesse sentido, perguntava se era possível marcar uma reunião para apresentação desse projeto inovador e saber de que forma a JF estaria disponível para ajudar e/ou até fazer parte desse projeto. Isabel Correia acrescentou que esta senhora a informou que pretendia implementar na escola da Feteira o que se chama uma "escola sem paredes"; um espaço com uma ludoteca para crianças a partir dos três anos, virado para a comunidade e para a natureza, aproveitando a floresta que existe na Pousada. Segundo Andreia Gonzalez este conceito tem muita procura e não existe em Coimbra e acredita-se que este projeto pode trazer muitas pessoas de Coimbra e de Condeixa e assim dinamizar a freguesia de Cernache. A realização da reunião solicitada é considerada muito importante para dar a conhecer o projeto e os responsáveis pelo mesmo, falar de possibilidades e mais-valias, bem como, se necessário conciliar espaços com os responsáveis das iniciativas já divulgadas pela JF para aquele espaço.

O PMA solicitou a data de quando foi enviada a mensagem e Isabel Correia informou que foi a doze de março. A propósito desta escola, o PJF informou também ter recebido um contacto telefónico e Isabel Correia informou-o de que não era a mesma pessoa e para que não houvesse dúvidas, leu a mensagem que foi enviada ao PJF. O PJF comprometeu-se a verificar a entrada dessa mensagem e a dar resposta à mesma.

Isabel Correia continuou na posse da palavra e questionou o PJF sobre o relatório do Estatuto do Direito de Oposição que refere, na página dois, que este documento irá ser distribuído aos representantes dos partidos políticos no órgão representativo da AF e o PJF interrompeu para informar que este relatório está disponível na página da JF. Face à afirmação do PJF, Isabel Correia sugeriu que fosse dada outra redação no documento e se escrevesse que o relatório seria divulgado na referida página. De seguida, quis saber onde pode consultar as atas da(s) reunião(ões) havidas entre o PJF e os representantes dos partidos políticos e do movimento de cidadãos e o PJF respondeu que não tem que haver ata(s) nem estar(em) publicada(s).

Isabel Correia perguntou ao PJF se Manuel Dias lhe tinha sugerido alguma coisa que tencionasse fazer e este respondeu que sim, que tinha concordado com todas as sugestões apresentadas por Manuel Dias e de seguida afirmou não valer a pena debater este assunto porque tinha cumprido a lei: tinha chamado e ouvido as pessoas, e quanto as propostas apresentadas por estes elementos a JF pode aceitar ou não, pelo que o que está no relatório é o que foi feito.

Isabel Correia salientou que falta transparência neste processo, que não está correto chamar pessoas só para respeitar o que está na lei e depois o PJF não dar a conhecer as propostas apresentadas nessas reuniões à AF e, deste modo, poder-se perceber se no plano da JF há algo que possa ir ao encontro das sugestões apresentadas pelas diferentes forças políticas que também tiveram um conjunto de votos nas eleições.

O PMA questionou se o representante da força política que Isabel Correia representa na AF lhe tinha passado informação e Isabel Correia respondeu que sim, mas não tinha recebido o Relatório e voltou a salientar o que está escrito na página dois desse documento (irá ser distribuído aos representantes dos partidos políticos no órgão representativo da AF).

Marco Rodrigues alertou para a diferença entre membros da AF e representantes dos partidos e que a questão que estava a ser apresentada é um assunto interno ao movimento político e Isabel Correia respondeu-lhe que não era um assunto interno e fez notar que o relatório elaborado pela JF faz referência aos elementos AF e não apenas

aos representantes dos partidos políticos e movimento político, bem como refere atas e essas dizem respeito às atas das reuniões de AF, menciona que são dadas informações em todas as reuniões e neste caso também se refere às reuniões de AF, ou seja, o próprio relatório mistura reuniões de AF com reuniões de representantes das forças políticas.

Marco Rodrigues disse a Isabel Correia que, se há alguma coisa no relatório que não considera correta, deve colher informação junto do seu representante político e depois questionar o PJF de situações concretas e Isabel Correia perguntou o porquê dessa sugestão se o relatório pode ser discutido em AF. Disse ainda, que pode fazer perguntas sobre o mesmo porque há um plano de orçamento que tem um conjunto de atividades para execução e esta gosta de saber se este contempla alguma atividade proposta por outro(s) partido(s) políticos, além de que sente, enquanto representante do movimento Somos Coimbra, que este movimento só é referido no relatório quando se diz que esteve presente o Manuel Dias, fora esta referência apenas são mencionados os partidos políticos.

Em seguida, o PMA passou a palavra a Nuno Rodrigues que, enquanto elemento da organização do Trail, pediu para ficar em ata o seguinte registo:

Como é do conhecimento de todos os presentes, no dia dezassete decorreu a quarta edição do Trail dos Milagres que foi dividido em duas vertentes, a parte corrida, competição e a parte caminhada. Esta iniciativa teve como fim a angariação de fundos para a Comissão de Festas de 2024; contou com cerca de quinhentos participantes, sendo bem mais de cinquenta por cento pessoas residentes na nossa freguesia, o que superou, em largo número, as nossas expectativas. Podemos, pelo número de participantes, ver que este evento não foi só importante para nós que organizámos, mas também para todos os fregueses que nela participaram e assim para a imagem que transmitimos da nossa freguesia de Cernache.

A terminar, Nuno Rodrigues deu os parabéns a todos os intervenientes na organização da qual fez parte, por parte da ADR Loureiro. Em nome da Comissão de Festas e em nome da ADR Loureiro deu um agradecimento especial ao organizador Junta da Freguesia e à Câmara Municipal de Coimbra que apoiou em termos de logística, tendo assim tornado possível poupar algum dinheiro que depois reverteu no bolo final que se pôs à disposição da Comissão de Festas e parabenizou também esta comissão pela festa que organizaram.

O PMA fez notar que embora haja essa informação na informação da JF, Nuno Rodrigues fez muito bem em sublinhar este evento. E para terminar este ponto prévio, o

M. R.
v. R.
@

PMA deu a palavra a José Campos que referiu que a sua intervenção vinha a propósito da pergunta que foi colocada à CCDR, pelo PS e depois pela JF, e em que foram dadas duas respostas diferentes quanto à presença do contabilista nas reuniões de AF. Informou que, a vinte e quatro de janeiro, numa mensagem que trocou com Isabel Correia, após o envio, por parte desta, a todos os elementos da AF, da pergunta feita pela JF à CCDR e da resposta dada por esta comissão, solicitou-lhe que fosse enviada a pergunta enviada pelo PS à CCDR e a resposta da mesma comissão, tal como combinado em AF. Isabel Correia facultou à AF a resposta que o PMA lhe terá facultado e José Campos pediu-lhe que fosse enviada também a questão enviada à CCDR e, até ao momento, continua a aguardar o envio deste documento..

O PMA respondeu a José Campos que vai ter que esperar porque a pergunta foi verbal e não há gravação áudio da conversa havida com a Dr.^a Lurdes Castanheira e informou que, nesse pedido de esclarecimento, solicitou uma resposta por escrito, para servir de prova à pergunta que formulou. Disse, ainda, que não tinha que emitir uma pergunta por escrito à CCDR apenas para satisfazer José Campos e este respondeu-lhe que assim tem uma resposta a uma pergunta que desconhece, pelo que não pode ser considerada fidedigna. O PMA esclareceu tratar-se de uma resposta fidedigna uma vez que é assinada e datada. Depois de um apurado diálogo entre o PMA e José Campos sobre este assunto, o PMA explicou que houve uma pergunta porque havia a dúvida se era legítimo estar uma pessoa externa a prestar esclarecimentos políticos sobre decisões de um orçamento, esclarecimentos que, sendo políticos, eram fáceis de dar pelo PJP sem haver necessidade de ter que se recorrer de um técnico. Disse ainda que a AF não quer saber se houve um erro, ou se há uma troca de rubrica e lamentou que isso suceda desde há sete ou oito anos.

Nuno Rodrigues perguntou ao PMA como se vai resolver o problema numa situação futura, uma vez que há dois pareceres diferentes dados pela CCDR e o PMA respondeu que ficaria ao critério da AF. Nuno Rodrigues acrescentou que ninguém desconfia do parecer facultado pela CCDR ao PMA, mas que havendo outro da mesma entidade que não diz o mesmo, levanta dúvida na bancada da CDU. O PMA respondeu que já podia ter solicitado à CCDR um novo esclarecimento, mas que optou por não o fazer, porque esse procedimento poderia ser considerado impopular. Nuno Rodrigues salientou que o bom senso podia imperar e que não havendo conhecimento para explicarem tecnicamente os documentos apresentados por falta de conhecimentos contabilísticos, devia ser dada a possibilidade ao executivo de solicitar ao contabilista

para prestar os esclarecimentos técnicos necessários à AF. O PMA lembrou que na última reunião apenas foram colocadas questões políticas ao PJF e que este foi capaz de responder.

No ponto um da Ordem do Dia, intitulado "Leitura e aprovação da ata", foi lida e aprovada a ata da reunião número dez, com quatro votos a favor e cinco abstenções, estas de Arlindo Vieira, Nuno Rodrigues, José Campos, Fátima Ventura e Marco Rodrigues, este pelo facto de não ter estado presente na reunião anterior.

O PMA passou ao ponto dois, denominado "Informações" e nada houve a referir.

De imediato passou-se ao ponto três, intitulado "Apreciação da Informação escrita do presidente da Junta de Freguesia acerca das atividades desta e da sua situação financeira", tendo o PMA dado a palavra a Marla Ferro que após citar o último parágrafo do ponto "AÇÃO SOCIAL", na página dois deste documento, perguntou ao PJF quais são as atividades que estão projetadas para os jovens e por que é que elas não estão refletidas neste documento, atendendo a que no protocolo de cedência das escolas estava escrito que era no âmbito da população sénior e jovem. No que respeita ao ponto "CULTURA, RECREIO E DESPORTO" congratulou a organização do Trail pela JF em conjunto com a Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Milagres e Lobos da Serra, tendo salientado o cartaz e o facto de o evento ter trazido muita gente à freguesia. Relativamente ao Museu Moinho das Lapas fez notar que o link que existe no site da JF não funciona e que a agenda cultural está muito desatualizada, não sendo do domínio público as atividades ali realizados desde dois mil e onze. Tendo em consideração a atual visibilidade do Museu salientou que seria interessante conhecer em termos estatísticos quantos visitantes passam por aquele espaço, a sua proveniência e desta forma poder perceber se há alguma forma de complementar a dinamização do Museu e trazer outro tipo de população.

Não tendo havido outras vontades para apreciar este documento, o PMA passou ao ponto quatro, designado "Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2023", e Marla Ferro sugeriu que, por questões económicas, este documento seja enviado aos elementos da AF por correio eletrónico e havendo mesmo necessidade de imprimir que isso se faça a preto e branco. No que diz respeito à situação financeira, na página nove, sobre "Recursos Humanos", sobre o mapa de pessoal, perguntou qual é a situação contratual da funcionária que estava por tempo

determinado o PJ esclareceu que vai haver novo concurso e que esta concorrendo terá sempre um ou dois valores a mais que os outros candidatos.

De seguida, Marta Ferro salientou o facto de as duas edificações apresentadas na página treze, do baloiço e do circuito, não estarem concluídas e o PJF esclareceu que vão ser concluídas. Em relação à limpeza das bermas, valetas, e sumidouros, na página dezasseis, Marta Ferro perguntou se a frequência, a manutenção e as vezes ao ano continuam as mesmas ou se vão ser aumentadas e o PJF respondeu que espera que sejam com maior frequência, assim haja pessoal.

Relativamente à "Promoção e Divulgação da Freguesia", na página quinze, Marta Ferro considerou escasso o número de eventos com este fim – ExpoCernache, a Feira de São Martinho e o Mercadinho de Natal e o PJF respondeu que existem muitas atividades de promoção da freguesia no Museu. Nesta ordem de ideias, Marta Ferro questionou da razão por que não colocar as atividades do Museu neste ponto e o PJF concordou com a sugestão apontada. De seguida, Marta Ferro perguntou ao PJF se a próxima ExpoCernache vai trazer artista de renome e este respondeu que sim e informou que o evento vai começar na última semana de agosto, conforme estabelecido, concretamente, entre vinte e três e vinte e cinco de agosto, pois no fim de semana seguinte já passa para setembro. Marta Ferro perguntou ainda se as Associações da freguesia vão continuar a ter a oportunidade para estarem presentes e o PJF confirmou essa possibilidade.

Nuno Rodrigues interveio para pedir confirmação sobre a data da ExpoCernache e perguntar da razão para a escolha desses dias – entre vinte e três e vinte e cinco de agosto e aconselhou a que numa próxima vez se deva pensar melhor a data do evento. O PJF respondeu que, conforme estabelecido, é na última semana de agosto e que no fim de semana seguinte existem festas noutros lugares. Nuno Rodrigues negou que haja lugar a outras festas nos arredores de Cernache, bem como afirmou que a data escolhida vai estragar uma quinzena de férias a muita gente, que duvida que a adesão este ano possa vir a ser nos moldes de anos anteriores, que vai ser muito difícil ter pessoal para trabalhar em prol das associações e deu a saber que, embora este evento seja a maior fonte de rendimento da Associação do Loureiro, esta está a pensar não estar presente por falta de pessoal disponível para aquela data. O PJF mostrou abertura para repensar as datas em próximos anos, mas informou que este ano já não é possível alterá-la porque os contratos estão fechados.

h
vite
④

Marta Ferro continuou a apresentar os pedidos de esclarecimento, citando, da página dezasseis, o parágrafo: "Apesar das competências da Junta na área da educação serem muito reduzidas trata-se de uma área que continuará a merecer atenção especial por parte do Executivo da Junta" e fez notar que esta frase já constava no documento apresentado em dois mil e vinte e três e que pouco mais se fez, pelo que se podia considerar que o plano é continuar a merecer atenção. O PJF respondeu que estão sempre a surgir atividades e referiu, como exemplo, uma visita ao Exploratório, tendo merecido a felicitação de Marta Ferro por essa nova iniciativa. No ponto relativo à "Cultura", na página dezoito, Marta Ferro voltou a referir a importância de dar uma maior visibilidade virtual e atualização ao Museu dos Moinhos. Na página vinte e dois, no que diz respeito à distribuição de cerca de oitenta cabazes de Natal, Marta Ferro salientou e felicitou o facto de serem mais dez famílias apoiadas comparativamente ao ano anterior. Relativamente aos apoios monetários e apoios materiais às associações, grupos folclóricos, marchas populares e comissões de festas da freguesia, Marta Ferro questionou os valores que constam na página um/três das "Transferências e Subsídios Concedidos" entre um de janeiro e trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três, a saber: Associação Desportiva e Recreativa do Loureiro - EUR 1 985,00; Rancho Típico de Vila Nova - EUR 1 512,90; Art'Fest da Pousada - EUR 1 209,70; Cantar das Janeiras pelo grupo Camponeses de Vila Nova - EUR 1 200,00; Marcha das 12 sardinhas e 4 lanecas - EUR 1 100,00; Moleirinhas de Casconha - EUR 866,60; Associação Desportiva e Recreativa Vilanovense - EUR 783,70; Grupo de concertinas Sons de Casconha - EUR 600,00; Marchate (Apoio ao Festival das marchas) - EUR 600,00; Donativo à Festa de N.º Sr.º dos Milagres - EUR 600,00; Sons de Casconha - EUR 300,00; Associação Cultural N.º Sr.º da Conceição - EUR 300,00.

O PJF pediu a palavra e explicou que no caso dos ranchos o valor apresentado corresponde ao valor que recebem anualmente e ao(s) valor(es) atribuído(s) por atuação em festa(s) - EUR 300. No caso da Associação do Loureiro, esse valor corresponde também ao pagamento de uma limpeza que não pode ser feita pela JF por falta de pessoal. Nuno Rodrigues acrescentou que esta limpeza foi feita por um senhor que não pode passar recibo e quem passou o recibo foi a Associação do Loureiro. Marta Ferro fez notar que o que está em causa é no documento em apreço constar que a finalidade desta verba foi para apoio às Festas do Mártir São Sebastião no Loureiro. No seu entender, em todas as despesas deveria constar uma descrição precisa de todas as finalidades.

N
V
R
E

Nesta ordem de ideias, o PJF explicou que a Associação de Vila Nova passa vários recibos – das Festas, das Marchas e da Associação e em sequência, Marta Ferro fez notar que, neste documento, consta o número de contribuinte de todas as associações, excepto da associação anteriormente referida pelo PJF e solicitou essa correção, bem como a discriminação precisa das finalidades e fez notar que quem veja este documento na página da JF consta que a Associação do Loureiro recebeu EUR 1 985,00 para a Festa do Mártir São Sebastião. O PJF respondeu que não foi apenas essa a finalidade do valor atribuído, foi também para o Museu do Brinquedo – EUR 300, para a Associação – EUR 300 e para a Festa – EUR 300 e o restante para pagar a limpeza. Nuno Rodrigues esclareceu que para limpeza foram EUR 935. O PJF agradeceu os alertas de Marta Ferro e informou que vai dar conhecimento dos mesmos ao contabilista e comunicou que o Loureiro, a partir de agora, quando passar papéis tem que os redigir correlamente.

Marta Ferro continuou a sua intervenção salientando o que consta no documento e não levanta dúvidas ao que é afirmado verbalmente nestas reuniões – EUR 300 para a Associação Desportiva e Cultural N.º Sr.ª da Conceição de Feteira; EUR 300 para Sons de Casconha, EUR 600 para Comissão de Festas em Honra de N.º Sr.ª dos Milagres. Nesta sequência o PJF fez o reparo de que para esta Comissão até passou de mil euros o apoio oferecido, pois também pagou licenças.

A este propósito seguiu-se uma pequena controvérsia tendo o presidente da UDRC, Rui Seguro, esclarecido que os pedidos de licenças foram assinados pelo próprio; o PJF informado que a JF pagou os ranchos, designadamente o Rancho das Cantarinhas e, neste enquadramento, nomeou o nome da cidadã Zélia Salgueiro, presente nesta reunião, enquanto conhecedora deste processo. Zélia Salgueiro pediu desculpa ao PMA por estar a intervir na reunião, mas tendo o seu nome sido proferido pelo PJF, sentiu ser oportuno esclarecer que a JF não pagou o Rancho das Cantarinhas no valor de EUR 500 e que foram utilizados apenas dois ranchos oferecidos pela JF, uma vez que esta informou que um terceiro rancho da terra não podia dançar.

Esclarecido que foi o bom nome da cidadã Zélia Salgueiro, o PMA agradeceu a sua intervenção e perguntou a Marta Ferro se já tinha terminado. Marta Ferro solicitou para continuar na posse da palavra e decorrente da afirmação que consta na página vinte e dois, “Continuou-se a emprestar material, como cadeiras de rodas, camas e colchões ortopédicos a pessoas da freguesia” fez a observação de que também deveriam aqui constar outros empréstimos como barraquinhas e palco e, neste seguimento, perguntou

W H
AF

por que razão não se consegue colocar o palco em boas condições de utilização para não haver necessidade de ter que pedir um palco a outra freguesia. O PJF respondeu-lhe que estão a trabalhar nesse sentido e Marta Ferro quis saber para quando prevê o PJF que o palco esteja pronto para empréstimo às festas da freguesia, tendo-lhe este respondido que será após a revisão orçamental em junho ou de imediato se a AF garantir já e ficar em ata que fazem a revisão orçamental nessa data e aceita a compra da placa.

Face a esta resposta do PJF, Marta Ferro referiu que na página oito do documento elaborado pela JF e em apreço naquele momento pela AF consta que compete à AF "Estabelecer as normas gerais de administração do património da freguesia ou sob a sua jurisdição" e que isso significa que aquilo que o PJF acabara de dizer estava sob a jurisdição da AF. O PJF respondeu que isso seria sempre sob proposta da Junta e Marta Ferro fez o reparo de que não era isso que constava no documento produzido pela JF. Tendo o PJF respondido que o excerto referido era da lavra do contabilista, Marta Ferro sugeriu ao PJF dizer ao contabilista para rever a lei e corrigir esta redacção e disse-lhe que era função da mesma apreciar a informação escrita apresentada por ele e que não ficaria bem com a sua consciência se não lhe apontasse esta situação.

Marta Ferro prosseguiu lendo na página vinte e quatro, o parágrafo relativo ao ponto designado "Desenvolvimento Sócio-Económico" (sic) e observou que a este nível, considerar a repavimentação dos arruamentos da freguesia poderá não ser a única forma de fazer o desenvolvimento socioeconómico e questionou por que não fazer outro tipo de projetos com este fim, designadamente, o aproveitamento das escolas do primeiro ciclo para o desenvolvimento de startups e de outras situações e que poderiam constar neste ponto.

Marta Ferro, no ponto da "Comunicação" lembrou a atualização da página do Moinho das Lapas e relativamente à afirmação na "Conclusão" de que "(...) tudo aquilo que diz respeito à responsabilidade financeira da Junta, foi na sua maioria cumprido", considera que embora o plano de atividades tenha sido maioritariamente cumprido o mesmo foi escasso e Cernache merece mais.

Quanto à análise orçamental, Marta Ferro salientou na página trinta e dois, na rubrica "R4 Rendimentos de propriedade", 0510 - Rendas", um orçamento de EUR 10.190,40 e uma execução no valor de EUR 7.790,40 e perguntou se esta se referia ao Centro de Saúde e ao Bar das Lapas. O PJF informou que a situação do Bar das Lapas aguarda que o jovem que estava à frente do Bar e não tem possibilidades, no momento,

de pagar, porque é estudante, o faça, conforme se comprometeu, logo que comece a trabalhar. Marta Ferro lembrou que o PJF tinha referido, em janeiro, que iria colocar a concurso o arrendamento do referido Bar e o PJF informou que ainda não tinha dado início a esse processo e esclareceu que o valor citado diz respeito à antenna e às rendas.

Posteriormente, Marta Ferro considerou o grau de execução da despesa referido na página trinta e sete - 63,90%, extremamente baixo e, na sua opinião, tudo o que seja abaixo de oitenta por cento demonstra um desinvestimento na freguesia e, como tal, entende que se deve trabalhar em prol de um grau de execução superior, sendo mais ambiciosos e procurando aprender com outras freguesias.

Marta Ferro prosseguiu, apontando na página quarente e três, na rubrica "D4 Transferências e subsídios correntes, 0407 - Instituições sem fins lucrativos", dever ser corrigido o valor de EUR 11.100,00 para não induzir as pessoas em erro, pois, como foi anteriormente discutido, sabe-se agora que este valor não se destina unicamente a instituições sem fins lucrativos. O PJF informou que, por questões legais, tinha que ser assim e Marta Ferro fez-lhe notar que se estava a fazer uma apreciação de um documento e que o PJF devia transmitir a quem de direito para fazer as devidas correções. Nuno Rodrigues interveio para perguntar ao PJF da razão por que não assumia que o documento estava errado e seguiu-se um breve debate sobre o número de recibos passados e as descrições dos serviços prestados/finalidades.

Isabel Correia sublinhou que estes apoios monetários carecem de regulamentos e salientou que na página vinte e dois é referido que se continuou a emprestar material, como cadeiras de rodas, camas e colchões ortopédicos e que no inventário de bens da JF que vai ser apreciado num ponto mais à frente não consta nenhum deste material/equipamento.

Marco Rodrigues interveio para informar que nos apoios às associações, os valores relativos a Vila Pouca estão errados.

Pedro Rosário disponibilizou-se para explicar esta e outras situações e o PMA aceitou a sua intervenção neste ponto da reunião. Pedro Rosário explicou que o valor de EUR 1 209,70 para apoio à Art'Fest está correto, mas o que não está correto é a JF contabilizar como apoio as refeições servidas aos grupos convidados nas tasquinhas da ExpoCernache quando devia ser contabilizado como prestação de serviço no âmbito da conta da ExpoCernache, ou seja, não se trata de um apoio direto à Associação, o que induz em erro o volume dos apoios que a JF dá. Outra situação, é o facto de não haver comissões de festas com número fiscal e, nestas situações, as comissões recorrerem às

associações locais para emitirem esses recibos. Mais informou, que no caso da Associação da Pousada, há o apoio anual de EUR 300, valor que está estabelecido e que a JF define numa ata, ao contrário do que se aconselha, o regulamento; para o Pousada Art'Fest, como atividade relevante, há o apoio de EUR 300, valor definido na ata da JF; por intermédio da Comissão de Festa do São Pedro a associação recebe EUR 300; e os EUR 309,70 restantes correspondem às refeições servidas na ExpoCernache.

José Campos chamou a atenção do PMA para a situação criada permitindo a intervenção neste ponto de Pedro Rosário e este respondeu-lhe que o que se estava a passar decorria das dúvidas que surgiram quando da análise do documento apresentado pelo PJF.

Marco Rodrigues salientou que, sabendo que os valores atribuídos à Associação de Vila Pouca não estão corretos em termos de apoios diretos, o mesmo tem que questionar esta situação e o PJF informou-o que dá apoio de EUR 300 à Festa, EUR 200 às Marchas e EUR 300 à Associação. Como estes valores não perfaziam os EUR 1 100, o PJF disse que só vendo os documentos podia ser preciso.

Zélia Salgueiro pediu, insistentemente, permissão para prestar um esclarecimento antes do documento ser votado e o PJF prometeu abandonar a reunião por entender que o PMA não devia dar permissão para esta intervenção. O PMA fez notar a Zélia Salgueiro que a sua intervenção, como bem sabia, uma vez que já teve o cargo de PMA, não tinha sentido, pelo que o PJF acabava por ter razão e solicitou-lhe que focasse este ponto no momento em que é dada a palavra ao público presente na reunião, mas fez notar que as pessoas presentes nesta sessão mereciam todo o respeito por parte da AF por serem os dirigentes das associações e clubes da freguesia.

José Campos perguntou ao PMA o que queria dizer com as palavras proferidas anteriormente e o PMA respondeu-lhe que as suas ressalvas são sempre entendidas por si em torno do ataque e não em torno da compreensão da dinâmica da assembleia.

Marco Rodrigues quis saber se existem recibos dos valores apresentados no documento e o PJF respondeu que sim e acrescentou que, no relatório da Lusaconta, o contabilista, um técnico de contabilidade pública, escreveu estar disponível para dar todas as informações que quisessem.

Marta Ferro observou que isso não quer dizer que o contabilista não se engane e que a sua função em AF era fazer a apreciação do documento e, por isso, se sentia na obrigação de o ler na totalidade e toda a sua intervenção era no sentido de esclarecer as suas dúvidas, que podem ser a de qualquer freguês.


O PMA depois de salientar que o próprio contabilista escreveu que “É da responsabilidade do executivo da junta de freguesia a preparação de mapas de execução orçamental que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da autarquia” colocou o documento a votação, tendo este sido aprovado, com quatro votos a favor (CDU), quatro abstenções [PSD, SC e PS (Marta Ferro e Vítor Tenente)] e um contra PS (Rui Seguro).

De seguida, Marta Ferro fez uma declaração de voto, explicando que se absteve pelo facto de haver necessidade de a freguesia de Cernache ter uma prestação de contas em que as observações, hoje feitas ao documento, sejam corrigidas na próxima prestação de contas, pois se isso não acontecer, votará contra.

O PJF instigou o PMA a apresentar uma declaração de voto, mas este respondeu que não era obrigado a fazê-lo e passou ao ponto cinco, denominado “Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais” e solicitou ao PJF que ajudasse a AF a apreciar este documento, pronunciando-se sobre o mesmo.

Não tendo o PJF nada a referir, Marta Ferro observou que depois de ter lido todo o documento, o que lhe foi mais evidente, é a quantidade de “aquisição por compra” e, no seu entender, a divulgação do inventário do património que existe na JF de Cernache, não é apenas o que foi adquirido, é também o que existe e o seu estado de manutenção. Embora considere óptimo que se tenham feito aquisições, o património de Cernache que deve ser divulgado, não é apenas o que consta no inventário em apreço. O PJF respondeu que, segundo informação dos técnicos, há coisas que não têm valor para estar no inventário. Confrontado com o facto de haver cadeiras inventariadas no valor de EUR 12,31, Marta Ferro frisou que o problema é ver apenas a inventariação de bens por “aquisição por compra” e referiu, como exemplo, que deve haver computadores e o PJF respondeu que há material que foi abatido. Nesta ordem de ideias, Isabel Correia, comentou que neste momento a JF não tem computadores e Vítor Tenente fez o reparo de que se um bem foi para abate, essa condição deve constar no documento, nas observações.

Nuno Rodrigues recordou que já no ano anterior tinha sido referido que não era obrigatório constar no inventário bens com valor inferior a cem euros e foi confrontado com o facto de no inventário em apreço estarem inventariados equipamentos com valor muito inferior. Em sequência, Isabel Correia disse ter comparado este inventário com os dos anos anteriores deste mandato e lembrou que já há dois anos vem a chamar à atenção para a falta de inventariação do gravador das reuniões de AF e que tem um

valor acima de cem euros. Apresentou, ainda, ter dúvidas relativamente ao inventariado como Espaço de Eventos no valor de EUR 30 000,00 e que no ano anterior foi dito que era o antigo lavador das Vendas da Pousada pois, mais à frente, está inventariado o Centro de Atividades Vendas da Pousada /Feteira, também no valor de EUR 30 000,00. Referiu estar inventariado um terreno rústico no valor de EUR 9 070,00 e isto deverá ser uma gralha, porque este tipo de bem para atingir este valor teria que ser muito grande e já no ano anterior, quando foi feita esta observação foi dito que era um erro e que se tratava de uma casa em Vila Nova e que agora aparece mais à frente como Casa Térrea de Vila Nova com o mesmo valor, EUR 9 070,00. Também referiu que sentiu algum desrespeito por lhe ser apresentado um documento com várias páginas em que apenas aparece "Cadeiras Vermelhas c/ Palmeta" quando uma linha no quadro bastava indicando o número total de cadeiras. Salientou que no inventário anterior havia três sofás pequenos inventariados e neste, na primeira página aparece inventariado um sofá pequeno e na última página aparecem outros dois, em linhas separadas. Por fim, referiu o material que é emprestado, como cadeiras e colchões ortopédicos e que não aparecem inventariados. O PJF informou que o Pavilhão de EUR 30 000,00 é o espaço onde se fazem os eventos junto à sede da JF e que o valor apontado corresponde ao custo das obras e o Pavilhão das Vendas da Pousada era um lavadouro, não tinha casa e também o valor apontado corresponde ao custo das obras. Isabel Correia respondeu ao PJF que também sabia a resposta que lhe tinha sido dada pelo mesmo no ano anterior. Repetiu que nos dois anos anteriores já alertou que falta inventariar o gravador e este até é guardado no cofre da Junta e continua sem ser inventariado. Tendo sido dito que o gravador pertencia à AF, Marco Rodrigues fez a observação ao PJF de que o gravador foi comprado pela Junta até porque a AF nem sequer tem dinheiro para fazer essa compra. O PJF respondeu que não sabia por que não estava inventariado e que agora há um programa específico para este fim e que é o técnico que elabora o inventário e Marta Ferro disse-lhe que se não sabia devia saber, uma vez que é o PJF e tem como função supervisionar tudo. O PJF respondeu que ia tomar nota de todas as observações feitas e que certamente tudo seria corrigido.

O PMA passou ao ponto seis, denominado "Apreciação e votação da Minuta do Município de Coimbra de Aditamento n.º 2 – Auto de Transferência de Competências na Junta de Freguesia de Cernache (art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril)" e solicitou uma explicação ao PJF e este explicou que este aditamento corresponde a uma retificação do auto de transferências, que no caso de Cernache foi retirado um

W TFE
conjunto de territórios no Loureiro, que visa a atribuição de verbas e que estas minutas são aprovadas, primeiramente, pelo executivo camarário, depois vão a aprovação da Assembleia Municipal e esta já foi aprovada, faltando agora a aprovação da Assembleia de Freguesia.

Marta Ferro quis ver esclarecida uma dúvida, e que se prende com o facto de em alguns espaços/vias não estar a designação dos mesmos e o PJF respondeu que não sabia responder e que este documento já vinha assim, desde que foi feito pela primeira vez.

A este propósito, Nuno Rodrigues informou que os números que constam do documento, às vezes, correspondem a ruas que não estão carregadas no Google Maps que serve de base à elaboração deste documento. Também procurou saber se era da responsabilidade da JF o Beco do Passadiço e o Beco do Passadiço do Lagar e o PJF respondeu que sim.

O PMA passou à aprovação do documento tendo sido aprovado, com quatro votos a favor da CDU e cinco abstenções (PS, SC e PSD).

O PJF perguntou à bancada do PS por que razão, em AF, votavam contra o seu partido, pois o PS tinha votado a favor no executivo e na assembleia de Câmara e Marta Ferro respondeu-lhe que ninguém tinha votado contra e que a explicação que ia apresentar era para ficar em ata como declaração de voto, que a sua abstenção devia-se ao facto de ser uma minuta que vinha incompleta. O PJF respondeu-lhe que a minuta era mesmo assim e Marta Ferro respondeu-lhe que esse facto não implica que a mesma não tenha direito à sua apreciação, isto é, de se abster de aprovar um documento que entendia estar incompleto, pois se o documento estivesse completo estaria em plena consciência a votar a favor; não votava contra por entender que é uma situação que tem que beneficiar Cernache e que a única forma de fazer chamar à atenção de que há necessidade de uma correção é optar pela abstenção.

O PJF disse a Marta Ferro que também devia ter dito ao seu partido para dizer isso no executivo e na assembleia de Câmara e Marta Ferro respondeu-lhe que não foi o seu partido que fez aquela minuta e que tem o direito de dizer ao seu próprio partido que, neste caso, se abstém de aprovar um documento que entende não estar correto e fez a observação ao PJF de que o seu partido também tinha votado a favor um documento com incorreções e que o mais grave era que o PJF devia estar sabedor das mesmas e não está.

h AF 12

O PMA passou ao ponto sete, votação da proposta de alteração ao Regimento, proposta enviada por correio eletrónico a todos os elementos da AF e pedia que, por uma questão de isenção, Isabel Correia o substituísse na condução dos trabalhos, neste ponto, para não inquinar este processo. Isabel Correia disse não ser necessário ser a própria a conduzir os trabalhos, há uma proposta e quem estiver contra deverá apresentar-se contra e apenas apontou que essa aprovação podia ser feita de forma parcial (por alíneas/pontos/artigos), ou no seu todo.

Marco Rodrigues pediu a palavra e referiu que era com agrado que via isto acontecer pois considera que se perde tempo de trabalho com a leitura das atas no tempo destinado à reunião e de seguida apresentou uma sugestão que considerou de pormenor, a saber: parece existir uma contradição entre a alínea f) (sujeita a uma alteração maior), no ponto um ponto um, do artigo vinte e dois – “leitura e votação da(s) ata(s)” e o ponto nove, do artigo vinte e seis diz – “A ata de cada sessão ou reunião é votada na sessão ou reunião imediatamente seguinte e a sua leitura poderá ser dispensada pela assembleia de freguesia”, pelo que sugeria que no artigo vinte e dois, no ponto um ponto um, na alínea f), passasse a constar – leitura, se necessária, e votação da(s) ata(s), para não se estar a criar a obrigatoriedade da leitura das atas. Esta proposta de alteração foi consensual.

De seguida José Campos pediu para ser esclarecido relativamente ao ponto dez, do artigo vinte seis, no qual é referido que “As datas de envio das atas das sessões poderão ser alteradas em função da realização de sessões extraordinárias ou por deliberação da Mesa da Assembleia de Freguesia caso haja justificação pertinente”; disse concordarem que a realização de sessões extraordinárias podem criar algum conflito, mas que na segunda parte gostaria que fosse explicado o que é considerado uma justificação pertinente porque pode dar azo a muita coisa. Isabel Correia não conseguiu dar um exemplo de justificação pertinente, mas partilhou que, em função da vida pessoal e profissional, teme que uma reunião possa ser marcada pelo PMA sem que a própria tenha tido tempo para concluir a elaboração da ata em tempo útil e frisou que seria sempre por uma justificação pertinente.

O PMA questionou se se devia retirar o ponto dez e também foi consensual manter este ponto, com a ressalva de que se houver necessidade se pode proceder futuramente a outras alterações, pois o artigo trinta mantém-se igual.

Marco Rodrigues questionou se ia haver renumeração dos artigos, uma vez que saía o artigo vinte e nove e José Campos concordou com a renumeração, sendo que posteriormente deu a sugestão de se escrever que o artigo vinte e nove foi eliminado

com a alteração aprovada na reunião de Assembleia de Freguesia no dia vinte e nove de abril e esta sugestão foi aceite por todos.

Colocada a aprovação a proposta de alteração ao regimento com as sugestões anteriormente referidas, este documento foi aprovado por unanimidade dos elementos da AF.

José Campos pediu a palavra para dar os parabéns a Isabel Correia pela proposta de alteração ao regimento apresentada pois, o seu contributo foi muito bem-vindo e esta agradeceu.

O PMA passou, em seguida, ao ponto "Outros assuntos" tendo entregue a cada elemento da AF uma fotocópia da ata número dezassete da reunião extraordinária do executivo da JF, entregue nesta reunião pelo PJF, relativa à abertura de procedimento concursal, com vista à atribuição do direito de exploração do Bar das Lapas que está desocupado.

Marco Rodrigues fez a observação de ver uma dificuldade e que esta se prende com o facto do valor da caução ser de doze meses.

O PMA perguntou ao PJF quando é que as pessoas se podiam candidatar e pediu esclarecimentos sobre o contrato anterior, designadamente se o executivo ponderou perdoar o pagamento das rendas em falta e o PJF respondeu que a candidatura ainda ia a Diário da República e que, sobre o contrato anterior, ainda não tomaram qualquer decisão, que ainda aguardam o pagamento, embora saibam que a pessoa, no momento atual, não tem fonte de rendimentos, é estudante, pelo que outra tomada de posição está fora de causa pelo desgaste que iria causar, continuando-se assim a aguardar pelo bom senso da pessoa em causa. Face a esta situação, para evitar uma outra semelhante, o executivo optou pela exigência de uma caução no valor de uma anuidade aos próximos candidatos.

Nuno Rodrigues perguntou se o espaço só pode ser utilizado para estabelecimento de cafetaria e o PJF disse que não, que pode ser utilizado para outro fim, mas que o executivo pretendia tentar mais uma vez para cafetaria.

O PMA informou a AF de que a este propósito, a Mesa da Assembleia tomou a iniciativa de questionar o executivo a um de fevereiro tendo já havido a oportunidade de agradecer a resposta, podendo esta resposta constar em anexo a esta ata.

Isabel Correia salientou que no Relatório do Estatuto de Oposição também consta que a Mesa da Assembleia solicitou documentação e que lhe foi sempre dada resposta em tempo útil.

h
vite
#

O PMA referiu que face às dúvidas que foram chegando à Mesa da Assembleia sobre os contratos de cessação precária e a atribuição das escolas também o executivo foi questionado pela Mesa, podendo de igual modo serem anexados esses documentos a esta ata. Sobre este assunto, o PMA solicitou ao PJF que voltasse a esclarecer este processo da implantação da AnaJovem neste território e o PJF respondeu que já tinha prestado esses esclarecimentos em reunião, todavia voltava a informar que o processo se tinha iniciado aquando a inauguração do Centro Escolar; nesse dia a senhora vereadora informou-o de que precisava da escola de Vila Pouca por ter um projeto de intervenção social, salvaguardando que o projeto que o executivo tinha para aquela escola não ficava comprometido uma vez que passava a haver outras escolas. Referiu, ainda, que a escolha por aquela escola prendeu-se com o facto de necessitar de um espaço mais recatado, uma vez que é para albergar famílias sem-abrigo, sobretudo mulheres (dezasseis). Sendo a AnaJovem uma instituição que faz um trabalho meritório e faz parte da Comissão Social da Freguesia, tendo a Câmara colocado essa questão, mesmo que a JF tivesse rejeitado esta situação, a Câmara podia remeter para o artigo que estava no contrato precário que dizia que a partir do momento que a Câmara precisasse deste edifício para qualquer fim, este contrato terminava. O executivo cedeu, uma vez que o projeto que havia para aquela escola não ficava comprometido dado passar a ter as outras duas escolas. Ainda foi colocada a questão de por que não a Feteira, mas a resposta foi que a escola de Vila Pouca tinha mais condições e é recatada e para ser utilizada pela JF era necessário fazer um grande investimento em termos de acessibilidade, havendo uma previsão de um custo de EUR 80 000,00 e o protocolo nessa data era cerca de EUR 50 000,00. Não havendo autorização para fazer uma rampa para pessoas com dificuldades de mobilidade, não restou outra alternativa à JF, tendo uma vez mais salientado que o contrato que havia era um contrato precário de três anos e nele constava um artigo em que a partir do momento em que a Câmara quisesse aquele espaço, o contrato dava-se por terminado. O contrato atual já não é um contrato precário, é um acordo de colaboração de cinco anos e podem ser feitas obras se a Câmara concordar, sendo que as benfeitorias reverterem posteriormente para a Câmara. Em síntese, a quatro de janeiro colocaram esta questão, a dezasseis pedem para fazer a cessação do contrato e que foi feita por não haver alternativa e, posteriormente, este assunto foi a sessão de Câmara, não tendo a JF conhecimento de que havia este ponto na ordem de trabalhos dessa reunião.

Vítor Tenente perguntou se vão fazer alguma rampa e o PJF respondeu que apenas sabia que ia haver um investimento de cerca de um milhão, mas mais não sabia, pois isso é com a Câmara.

O PMA passou a palavra às pessoas do público que se inscreveram, tendo previamente solicitado que fizessem uso do tempo de acordo com o regimentado e com responsabilidade.

Marisa Beja tomou a palavra e depois de saudar o público presente, informou que iria começar por falar não enquanto Marisa Beja freguesa, mas enquanto Marisa Beja presidente da Marcharte e foi nesta qualidade que enviou um e-mail no dia cinco de fevereiro de 2024, ao executivo da JF e o motivo também era a cedência das instalações da escola da Feteira e, embora tenha sido lida essa mensagem, até hoje continua à espera da resposta. Nesta mensagem, era solicitada uma reunião para apresentação do projeto, mas, no entender de Marisa Beja, não houve qualquer interesse por parte do executivo da JF para ouvir a Marcharte e saber o que pretendiam fazer, todavia, no mínimo, disse pedir-se a este executivo que responda às mensagens que recebe.

Continuou a sua explanação informando que a atividade denominada Art'Fest é uma colaboração entre a Marcharte e a ADR Pousada e que esta associação colocou umas questões logísticas ao executivo da JF e este não respondeu ao primeiro e segundo envio de mensagem e foi necessário um telefonema e, mesmo assim, não deram resposta porque o funcionário estava de férias e só este sabia o número de barraquinhas que existem e conhecia o seu estado de utilização/conservação. Todavia, segundo Marisa Beja, quando as mensagens foram enviadas o funcionário não estaria de férias e a resposta não foi dada antecipadamente porque não houve vontade. Também foi pedido o palco e perguntado se reunia condições de segurança e, a este propósito, disse que não se iria pronunciar sobre a forma desrespeitosa como o PJF respondeu ao presidente da ADR Pousada, por não ter sido uma resposta à própria, mas considerou que não ficava bem ao PJF aquele tipo de resposta. Instigada pelo PJF a justificar a afirmação feita, Marisa Beja leu diferentes contactos entre o presidente da ADR Pousada e o PJF, tendo salientado na última mensagem o que considerava ser uma resposta de falta de educação, talvez porque o PJF não consegue perceber que não é o Victor Carvalho que está a responder ao Pedro Rosário, mas sim o PJF. Revelou ainda que não foi dada resposta à pergunta mais importante que era se o executivo podia facultar algum contacto de outra junta à qual se pudesse pedir um palco e salientou que, relativamente

h
v
r
e

ao empréstimo da carrinha, o PJF respondeu que de acordo com as disposições da AF esta encontra-se somente ao serviço da JF, remetendo assim a culpa para a AF. Nesta sequência, Marisa Beja perguntou à Mesa da Assembleia, que segundo esta foi quem decidiu qual era o uso a dar a esta carrinha, se para colmatar uma falha desta JF, que tem um palco inoperacional por não reunir condições de segurança, se ir buscar um palco a outra freguesia, capaz para servir a comunidade, se isso não é estar ao serviço da JF. Contudo, informou que tudo se resolveu porque, a JF de Torres do Mondego vai, mais uma vez, emprestar o seu palco à freguesia de Cernache, já o tendo feito pela festas de Nossa Senhora dos Milagres, assim como vai também transportar, montar, desmontar e voltar a transportar o palco, podendo a carrinha desta JF estar ao serviço da JF e da comunidade de Cernache o que é de louvar, enquanto a nossa JF, por imposição da AF, não pode fazer este serviço por não estar ao serviço da JF.

O PJF salientou que este empréstimo só é possível porque a JF fez o pedido e Marisa Beja respondeu que frisou isso anteriormente, que a carrinha desta JF de Torres do Mondego vai estar ao serviço da JF e da comunidade de Cernache, mas evidenciou que de qualquer forma o palco seria emprestado, com a diferença de que sendo a JF a pagar, poderá vir de forma gratuita e sendo a associação a pedir, teriam que pagar o aluguer.

No que concerne aos valores do orçamento apresentado, disse não saber se as contas poderiam seguir assim para o Tribunal Constitucional e recordou que, para a ADR do Loureiro e segundo quem passa os recibos, em dois mil e vinte e três, foram passados os seguintes recibos/valores: EUR 300 para a Associação, EUR 300 para o Museu, EUR 200 para a Festa do Mártir, EUR 300 para a Festa da Senhora das Neves e EUR 200 para a Festa de Natal, o que perfaz um total de EUR 1 300 sendo que a limpeza terá sido no valor de EUR 635 e não o valor referido por Nuno Rodrigues. Salientou que não vê contabilizado o valor que a associação terá passado das refeições da ExpoCernache, pelo que ou a ADR do Loureiro esqueceu-se de passar o recibo, ou a JF esqueceu-se de referir esse valor, pelo que convinha verificar os valores apontados. Em relação ao Rancho Típico as contas batem certo, bem como com os Rancho dos Camponeses, Marcharte e ADR Pousada; as Molcirlinhas e as Concertinas. Relativamente a Vila Pouca, há recibos passados no valor de EUR 600, mas, no entanto, aparecem EUR 1 100 não se sabendo de onde vêm os EUR 500; e os Vicentinos receberam e passaram recibo no valor de EUR 300 e não constam no orçamento apresentado e devia constar também nesta rubrica o apoio à Festa de São Vicente. O PJF

h. P. E.

respondeu que podia ter entrado apenas este ano e que, no próximo ano, já não vai ser assim e nenhuma festa vai receber dinheiro se não tiver número de contribuinte. Marisa Beja frisou que a Marcharte não recebe de apoio EUR 600 para o festival das Marchas como consta do documento, recebe apenas EUR 300 e que não pode lá constar outro valor. Sublinhou que falta um regulamento e que ao contrário da resposta que ouviu enquanto membro da AF – que com um regulamento não podiam dar a todos, no seu entender não existe regulamento para se poder fazer os jogos que se quiserem e para poder continuar com esta falta de transparência. Continuou a sua explanação, mostrando que a diferença de valores oferecidos às diferentes associações, por vezes, não significa que estejam a ser mais beneficiados e deu exemplos, com a Marcharte e com um rancho, pelo que apelidou de urgente, para acabar com a falta de transparência, que se crie um regulamento. Questionou o facto de a uns eventos o executivo atribuir EUR 300, a outros EUR 200 e a outros EUR 600 e, uma vez mais, deu exemplos com o que acontece com os apoios à Feira das Cebolas (sete dias de folclore, em Coimbra, em que estão a ter receitas e apoio de EUR 600) e ao Festival de Marchas (três nove marchas e são atribuídos EUR 300) e ressaltou que os EUR 600 não estão mal atribuídos, mas sim os EUR 300 ao Festival de Marchas. No entender de Marisa Beja, a falta de critérios que o PJF não consegue explicar, deixa as pessoas desconfiadas, descrentes e causa mau ambiente e o facto de ser apontado que o orçamento é feito por um contabilista pública não serve porque ele faz as constas consoante a documentação que lhe dão, como ressaltava o documento.

Terminou dirigindo-se aos elementos da AF dizendo que tinha pena que tenham deliberado que a carrinha não pudesse transportar o palco, mas que no Pousada Art'Fest iriam ter palco na mesma e convidou todos para no dia dezoito de maio estarem presentes no evento com um bom cartaz e com entradas gratuitas.

De seguida, o PMA passou a palavra a Pedro Rosário que, após saudar o público presente, agradeceu a possibilidade de fazer uma pequena intervenção. Começou por lamentar que não estivessem presentes todos os presidentes das associações, pois são responsáveis pelo que está a acontecer; ressaltou que vai entrar nova legislação e, para aquelas que tiverem edifícios, a situação vai agravar-se, todavia, no seu entender, alguns preferem andar em joguinhos de interesses, de “toma lá, dá cá”, o que faz com que o contabilista deixe de colocar nos documentos um pouquinho daquilo que se vai passando e que já há muito se suspeitava.

u T.R. #

Relativamente ao orçamento, Pedro Rosário fez notar que a taxa de execução do orçamento é de sessenta e quatro por cento, valorze por cento acima de cinquenta por cento, ou seja, pouco mais de metade tem sido executado o que considerou mau por não estarem a ser realizadas algumas coisas na freguesia, mas que sabemos o porquê, tudo vai ser acumulado para dois mil e vinte e cinco, para ter efeito durante a campanha. Considerou que, até agora, o executivo tem feito o básico como se percebe das informações que são apresentadas nas reuniões de AF. Sugeriu ao executivo ver o que se faz noutras freguesias e deu como exemplo a Freguesia da Ega, com menos orçamento e com menos habitantes que Cernache.

Quanto à carrinha e ao palco, Pedro Rosário salientou que foram várias as vezes que o assunto do palco foi falado em reuniões de AF, atendendo à freguesia ter várias festas e todos precisarem de palco, todavia parece que o tema não é assunto de preocupação do executivo e tem que se pedir favores a outros. No que toca à carrinha, lembrou que o PS nunca foi contra à utilização da mesma e que o PJF dizer que as comissões de festas não recebem nada é da responsabilidade do mesmo, pois o executivo devia servir para ajudar as pessoas da freguesia.

Pedro Rosário lamentou a forma como foi comemorado o 25 de Abril em Cernache, basicamente apresentou-se uma lona e podia ter-se feito mais, à semelhança de outros anos. O PJF informou ter-se feito uma exposição, mas Pedro Rosário disse desconhecer qualquer programação. A este respeito colocou a dúvida de quem pagou a referida lona, se a JF se a CDU, uma vez que esta ação foi promovida na página do facebook da Junta e na página da CDU. Em jeito de resposta, o PJF questionou se isso era proibido, se não era possível publicar uma foto na página da CDU e salientou que o PS publica na sua página atividades da Junta e Pedro Rosário retorquiu que o PS ajuda e promove a freguesia.

Quanto ao Trail dos Milagres, Pedro Rosário considerou a iniciativa muito boa, revelou que há capacidade da freguesia para organizar este tipo de eventos, no entanto lamentou que só se faça o Trail dos Milagres, mas é a política da Junta e só perdem os idosos. Relativamente à Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Milagres, considerou que a organização foi muito boa, assim como o cartaz foi muito bom, tendo conseguido trazer pessoas de fora da freguesia e promover a união de Cernache.

De seguida, Pedro Rosário fez saber que a Igreja de Cernache está em vias de se tornar Monumento de Interesse Público e gostaria de perceber o que este executivo tem feito ou pensa fazer em termos de dinamização e promoção deste património e que

h
vite
\$

plataformas pensam utilizar com este fim. Quis ainda saber que diligências têm sido feitas no sentido de contactar os proprietários do imóvel que está em ruínas ou se foi realizada alguma diligência junto dos serviços camarários a alertar para a situação. Relativamente a passadeiras e ao possível passeio de acesso ao Centro Escolar, gostaria de saber o que tem sido feito por este executivo e que diligências têm tomado junto da Câmara Municipal para colocar as passadeiras que estão em falta na nossa freguesia e repintar algumas que depois de terem levado asfalto não foram colocadas, bem como gostaria de saber o que também tem sido feito em relação à sinalização mal colocada.

Quanto ao Pavilhão Multiusos, Pedro Rosário perguntou o que pensa este executivo encetar neste espaço, pois sabendo-se que vêm mais EUR 50 000 e a cobertura, não se conhece ainda a finalidade a que este se destina. Relativamente ao Centro de Saúde, que no seu entender deveria ser uma prioridade da JF, gostaria de saber em que ponto se apresenta o projeto de melhoramentos. Quanto à Rua da Mina e quanto à Rota das Quelhas e Cortelhas gostaria de saber o ponto de situação das mesmas.

No que respeita ao Dia Mundial da Árvore, Pedro Rosário louvou a iniciativa, mas disse não ter percebido se foi realizada apenas com o Infantário/Escola Bom Jesus ou se também fizeram com os alunos do Centro Escolar e o PJJ respondeu que este estava mal informado porque foi realizada com todos os alunos da freguesia e professores.

Quanto à questão da excelência administrativa, mencionada no último orçamento, Pedro Rosário considerou que esta tem que ser melhorada, pois como já referido em reuniões anteriores, há mensagens que ficam sem resposta ou que não têm o logótipo da JF e, considerando que podem ser respostas que vão para outras freguesias ou que vão para pessoas que não são da freguesia, devemos ter algo que identifique a JF e que não seja somente a assinatura do PJJ.

Sobre o serviço de apoio a idosos, Pedro Rosário disse que gostaria de saber quantas visitas têm sido feitas, que solicitações são feitas pelos idosos e se a JF executa alguns melhoramentos/reparações.

Quanto ao Centro de Atividades da Feteira, Pedro Rosário perguntou se este vai ser transformado em mais um museu e o PJJ afirmou: mais um museu.

Quanto às escolas primárias, Pedro Rosário desafiou a AF a ter um papel ativo e a não deixar acontecer com as outras escolas o mesmo que aconteceu com a de Vila Pouca e considerou caber aos presentes nesta reunião, incentivar as pessoas a

participarem nas atividades propostas pela JF e a sugerir novas propostas, bem como à JF auscultar as pessoas que têm propostas de atividades para desenvolver nas escolas, senão corre-se o risco de a Câmara cá chegar e, não se estando a fazer nada nas escolas, convidar a que outros venham para cá.

Por fim, Pedro Rosário colocou ainda uma questão relacionada com as limpezas, porque esteve perto da Pousada o trator da Câmara Municipal a fazer as faixas de contenção e, neste sentido, considerou que se deveria aceitar a delegação de competências para a freguesia ter duas faixas de contenção mais capazes e o PJF informou que não aceitaram pois desse modo perderiam dinheiro.

O PMA passou a palavra ao PJF e este começou por dizer que a Rota das Quelhas está em fase de conclusão, estando já tratados os painéis informativos, a sinalética e logo que possível será feito o croqui e a sua divulgação. Quanto às escolas, quem quiser realizar atividades nas mesmas, deverá apresentar os seus planos e desde que não coincidam com os da JF, podem as associações fazer as atividades, sendo que não estarão abertas a iniciativas privadas para ganharem dinheiro. Questionado por Maria Ferro sobre esta última afirmação, o PJF respondeu que era a JF que tinha a gestão das escolas. Isabel Correia interveio para fazer notar que, no Protocolo que consta no site da Câmara, se prevê a possibilidade de a Junta poder "estabelecer parcerias com outras entidades, devidamente constituídas para utilização dos espaços e logradouro das escolas, após aprovação da Câmara Municipal". O PJF respondeu que podem, mas que a JF não vai ceder para privados terem lucro e Isabel Correia sugeriu ao PJF que analisasse bem as propostas, porque podiam ser uma mais-valia para a freguesia, designadamente aquela que tinha referido anteriormente, que é uma oferta diferente para crianças até aos três anos.

De seguida, o PMA deu a palavra a Zélia Salgueiro que começou por mostrar a sua concordância sobre uma afirmação proferida por Pedro Rosário em relação às escolas - "Esforcem-se todas, porque se não elas vão todas para Coimbra!", porque numa reunião que teve em Coimbra com o senhor Presidente da Câmara, juntamente com outras pessoas de Vila Pouca, este autarca disse-lhes que tinham ficado sem a escola porque a população de Vila Pouca nunca se incomodou em fazer um projeto para a escola. Estes representantes do povo de Vila Pouca responderam que não podiam fazer o projeto para a escola porque esta é da JF e foi esta que se propôs a fazer o projeto para acolher a comunidade sénior, naquela escola. No entender de Zélia Salgueiro, é necessário que toda a gente se una e se mobilize para não ficarmos, de repente, sem

h fte

outras escolas. Prosseguiu com a sua intervenção, salientando que deve ser a pessoa que mais vezes bateu à porta da JF para realizar a Festa da Senhora dos Milagres e que, em nenhuma das comissões de festas a que pertenceu, ouviu falar num protocolo para haver luzes no Natal. Depois, lembrou que no ano passado, a data inicialmente pensada para o Mercadinho de Natal calhava no dia da festa de Nossa Senhora da Conceição e que com muito agrado, percebeu que a JF não fez este evento, neste dia, por coincidir com a realização desta festa, mas lembrou que dia treze de dezembro, é sempre o dia da festa em honra de Santa Luzia, em Vila Pouca, e que à semelhança do que se passa em todas as aldeias, quando o dia treze calha num dia da semana, a festa passa para o fim de semana seguinte, ou seja, a JF teve essa deferência com a Feteira no ano passado, mas já há dois anos seguidos que calha no período da festa de Santa Luzia e concluiu salientando que somos todos iguais e pertencemos todos à mesma freguesia, que ficou contente por eles e ficou triste pelos outros. Sobre este assunto, o PJF informou que tinha questionado os elementos da comissão de festa de Santa Luzia e que estes tinham dito que a JF podia fazer o evento porque a festa de Vila Pouca era uma festinha sem interesse. Zélia Salgueiro respondeu que aquela parte de baixo da freguesia fica sempre esquecida e se no ano anterior o PJF tinha questionado, no outro anterior não o fez e, nesse ano, não foi uma coisa sem interesse, pelo que o PJF tem que se lembrar sempre esta data, uma vez que ela faz parte do calendário das festividades da freguesia.

Relativamente à data da ExpoCernache, Zélia Salgueiro referiu que Vila Pouca também não poderia estar presente neste evento por falta de pessoas para trabalhar no mesmo, nesta data, e que o argumento apontado pelo PJF de haver festas não está correto, uma vez que não há festas na freguesia e que se calhar as pessoas que habitualmente estão envolvidas neste evento poderiam ter sido chamadas e ouvidas sobre a data para a realização da ExpoCernache.

Zélia Salgueiro louvou a solução encontrada para se realizar a limpeza no Loureiro e observou que dar esse trabalho a alguém dos lugares ou às associações, como referido por Nuno Rodrigues, é uma solução boa e é uma mais-valia para todos e que é um assunto que pode ser a outros(as).

Relativamente às contas apresentadas num ponto anterior, Zélia Salgueiro referiu que, como se constatou, a denominação das finalidades não está correta, as contas de Vila Pouca não estão corretas (não bate certo o valor apresentado com os recibos passados por esta associação), bem como as dos Vicentinos e da Telhadela que passaram, cada um, um recibo de EUR 300 e não constam neste relatório de contas;

provavelmente por alguma confusão ou erro humano. Todavia, salientou que estes erros ocasionam situações desagradáveis, como aquele que teve neste dia, em que foi interpelada da razão por que as faneças, doze pessoas, recebem EUR 1 100,00 de apoio e esta teve que se defender e explicar que não foi esse o valor recebido. O PJF respondeu que em dois mil e vinte e três receberam e Zélia Salgueiro confirmou que receberam EUR 300. O PJF esclareceu que receberam todos aqueles que facultaram o IBAN e que têm atividade e, nesta sequência, Zélia Salgueiro pediu atenção para a situação da associação de Vila Pouca que, embora tenha alguma atividade, tem as portas fechadas por causa da Câmara, mas tem que pagar água e luz, e salientou que não podendo lá realizar atividades, alguém tem ajudar a pagar as despesas. Neste enquadramento solicitou informação para saber como fazer para vir receber da JF o apoio do ano transacto e deste ano.

Em relação à Escola de Vila Pouca e à cedência da mesma à AnaJovem, Zélia Salgueiro disse já ter ouvido muitas versões e respeitá-las a todas, e que à luz da lei todas estão corretas e todos os documentos necessários estão elaborados. Salientou que as senhoras que vierem para esta escola de acolhimento serão bem recebidas, mas tem pena que num lugar com uma população envelhecida, onde as pessoas moram de porta aberta e a vizinhança entra para prestar apoio/atenção, no seu entender, esta forma de estar vai deixar de existir devido à insegurança que as pessoas já começam a sentir. Considera que “vamos integrar os que não são nossos, desintegrando os que em fim de vida precisavam de apoio e carinho” e que lhe dói saber que aquelas pessoas não vão ter uma velhice feliz.

De seguida, foi a intervenção de Paulo Lopes que começou por referir a falta de condições da sala para continuar a receber as reuniões de AF, apesar de ter sido requalificada em dois mil e cinco e recentemente ter tido obras, uma vez que não tem uma casa de banho. Quanto à apresentação de contas salientou a falta de apresentação ao público presente dos valores mais relevantes das receitas e das despesas e fez notar que o PJF pode socorrer-se de um técnico para apresentar questões técnicas. Quanto à afirmação do PJF de não ceder instalações da JF a privados para obtenção de lucro, lembrou que este executivo continua a ceder um espaço da JF para uma Escola de Música privada, ao abrigo de um protocolo que não engloba qualquer retribuição pecuniária e que para isso já não é para enriquecimento de um privado, e concluiu a sua intervenção dizendo que não podem haver dois pesos e duas medidas. O PJF disse a Paulo Lopes que as contas são afixadas no site da JF e que todo o cidadão tem

conhecimento delas e este salientou que antes se tinha referido ao momento de debate das contas na reunião, em que o público presente ainda não teve acesso a qualquer dado.

Por fim, foi lida e aprovada a ata em minuta por unanimidade dos presentes.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual foi elaborada a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos secretários e presidente da Mesa de Assembleia de Freguesia.

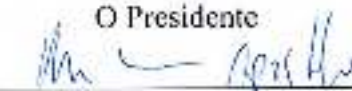
1.º Secretário


(Isabel Maria Eufrosio Correia)

2.º Secretário


(Vitor Manuel Guiné Tenente)

O Presidente


(Rui António Seguro Apóstolo)



SECÇÃO DE CERNACHE

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 29 ABRIL 2024

As Escolas Primárias são um património histórico e social, repleto de memórias e rico em identidade local. Quem não se lembra da sua escola primária.

Nas aldeias e nas freguesias da periferia da cidade, as Escolas primárias revestem um maior simbolismo, competindo ao poder político a decisão da sua manutenção e da sua integração/modernização para os tempos atuais, dando-lhes utilidade e valências para os agentes locais.

Este acto pode ser feito de várias formas, e temos verificado isso mesmo em várias outras freguesias de Coimbra, quer por via da celebração de contratos de cedência a entidades sociais, culturais e desportivas, quer pela cedência dos Edifícios às Juntas de Freguesia.

Todas as opções são válidas desde que o investimento resulte num proveito claro para as dinâmicas locais onde estes edifícios se inserem.

Neste sentido, a decisão do poder político, neste caso, dos Municípios ou das Juntas de freguesia, deve ser feita SEMPRE em articulação com as populações locais e com as entidades locais. Há necessidades e projetos que têm de ser auscultados. Há que rentabilizar os investimentos. Ouvir a população!

Em Cernache, nada disto foi feito.

Observamos um acordo de votos, entre o Juntos e a CDU, passando um atestado de menoridade à população de Vila Pouca às associações locais e a Toda a População de Cernache.

Não se falou com ninguém, não se explicou nada a ninguém, apenas entrevistaram duas pessoas na decisão... O Presidente da Junta de freguesia de Cernache e o Presidente da Câmara municipal de Coimbra.

CERNACHE ESTÁ FARTA DE SER A MOEDA DE TROCA DAS AMBIÇÕES DA CDU.

A CDU assim não serve Cernache, a CDU serve-se de Cernache!

A junta de freguesia de Cernache lutou com todas as suas forças durante anos a fio para que as escolas inativas do Loureiro e de Vila Pouca lhes fossem cedidas.

No caso concreto do Loureiro fez de tudo para ficar com a escola, apesar de saber do interesse que a Associação Desportiva e Recreativa do Loureiro tinha neste espaço para fundar o Museu - Escola do Brinquedo Tradicional Popular e dar uma boa continuidade aquele belo projeto que cresce e tem vindo a dar frutos e visibilidade a freguesia! Servindo a comunidade!

Felizmente o Dr. Manuel Machado entregou a escola à ADR Loureiro que brilhantemente tem dinamizado o espaço tal como estes se tinham proposto.

Já a mesma sorte não teve a escola de Vila Pouca.

Em 2020 o Dr. Manuel Machado elabora um protocolo de cedência precária à Junta de freguesia de Cernache por um prazo de 3 anos RENOVÁVEIS, para atividades a favor das comunidades locais.



SECÇÃO DE CERNACHE

Nós subentendemos que a Verdadeira intenção de José Manuel Silva era a cedência da Escola de Casconha, no entanto os VOTOS CONTAM e foi sacrificada a localidade com menos números de votantes. A CDU já não engana ninguém!

No dia 1 de Fevereiro foram a Vila Pouca tentar esclarecer a decisão já consumada, à população que durante todo este processo não foi auscultada.

Esteve presente o Sr. Presidente da Junta Vítor Carvalho, a Sra Vereadora Ana Cortez Vaz. que tentaram justificar o injustificável à população.

O Sr. Presidente da Junta disse que esta questão foi colocada apenas no dia 4 de janeiro na inauguração do Centro escolar de Cernache. Tera sido assim?

É-me difícil de acreditar que entre o Dia 4 de Janeiro e o Dia 22 de Janeiro do mesmo ano (data da cedência à Anajovem) se concretizou um projeto desta dimensão. A nossa junta queixa-se sempre da morosidade das coisas e desta vez porque foi tudo tão rápido? Já havia pedidos de orçamentos, para reabilitação da escola de Vila Pouca há mais de 3 semanas a uma empresa de construção de Coimbra e certamente projetos de arquitetura e respetivas autorizações, já estariam há muito tempo nos serviços camarários quem sabe...

Ao contrário do que foi dito ao povo de Vila Pouca, esta "negociata" certamente já estava há muito engendrada.

A Escola de Vila Pouca foi cedida, a População está muito descontente.

SR PRESIDENTE, POR QUE MOTIVO, TROUXE PARA VILA POUCA DE CERNACHE UM PROJETO DESTA NATUREZA E NÃO UM PROJETO, DE CARACTER DESPORTIVO POR EXEMPLO, OU ATÉ UM PROJETO DE CARACTER EMPRESARIAL FUNCIONADO A ESCOLA PARA APOIO A START UPS?

PORQUE MOTIVO SE ESCOLHEU CERNACHE E MAIS CONCRETAMENTE VILA POUCA PARA A ANAJOVEM, SABENDO-SE QUE NA AREA DE ACTUAÇÃO DA ANAJOVEM EXISTEM OUTROS EDIFICIOS ESCOLARES COM MELHORES CONDIÇÕES DO QUE O DE VILA POUCA?

SR PRESIDENTE, COMO VAI AGORA DINAMIZAR DUAS ESCOLAS, QUANDO NÃO TEVE COMPETÊNCIA PARA DESENVOLVER ACTIVIDADES SÉNIORES EM PROL DA COMUNIDADE LOCAL NA ESCOLA DE VILA POUCA? E agora se propôs a dinamizar atividades TANTO PARA SÉNIORES COMO PARA JOVENS!

SR. PRESIDENTE, ESTA QUESTÃO não foi TRAZIDA À ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, e deveria ter sido!

ISTO NÃO É TRANSPARÊNCIA ISTO NÃO É DEMOCRACIA!

Há uma série de atividades previstas e já em divulgação.

ESPEREMOS QUE SE CONCRETIZEM para bem da comunidade que todos servimos.

DA NOSSA PARTE, PARTIDO SOCIALISTA DE CERNACHE, PODEM CONTAR CONNOSCO/COMIGO PARA A APRESENTAÇÃO DE IDEIAS DE DINAMIZAÇÃO E APROVEITAMENTO DAS MESMAS para jovens e seniores, basta pedir!
QUEREMOS QUE AS ESCOLAS SIRVAM A POPULAÇÃO LOCAL!



FREGUESIA DE CERNACHE
Município De Coimbra

Ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia
de Freguesia de Cernache

No seguimento do e-mail enviado por V. Exa que muito apreçámos e ao qual passamos a responder.

- 1) Relativamente à situação financeira da Junta de Freguesia de Cernache que deveria ter sido entregue nas reuniões da Assembleia de Freguesia de 22/06/2023 e 29/09/2023, seguem as mesmas em anexo.
- 2) Quanto ao Bar das Lapas, Informamos V. Exa que a junta de freguesia quando construiu aquele equipamento teve como objetivo a dinamização do espaço do "Parque das Lapas", onde se inclui o Museu Molinho das Lapas, o Parque Infantil, o Posto Médico, a Junta de Freguesia e o Parque Geriátrico, com um bar de apoio a concessionar a particular, tornando este espaço mais atrativo e acolhedor. Assim, decidiu o Executivo pôr a concurso o dito bar, pelo período de 3 anos, no valor mensal de 200,00 € acrescidos dos impostos legais em vigor. No seguimento, verificou-se que apenas concorreu o Sr. João Manuel Correia Simões. O contrato foi assinado a 10 de janeiro de 2020, tendo este cumprido o primeiro pagamento, logo de seguida veio a pandemia COVID 19 que o obrigou a encerrar o bar quase de imediato e por um período muito longo. Por razões óbvias, neste período o arrendatário não teve condições de efetuar os respetivos pagamentos, agravado pelo forte investimento inicial, tendo o Executivo compreendido, naturalmente, a situação. Após a sua reabertura, o Executivo não recebeu qualquer renda, pelo que perante tal situação, decidiu a 08/05/2023, enviar uma carta ao arrendatário com objetivo de realizar uma reunião, a fim de ser discutida a situação de incumprimento. Esta teve lugar no dia 11/05/2023, onde o arrendatário expôs as suas razões para os atrasos no pagamento, alegando que contrato previa um período de vigência de 3 anos e no mesmo encontrava-se elencada uma alínea que previa o pagamento das rendas em atraso com juros de mora, conforme Ata do Executivo de 25 de maio de 2023 (em anexo).
O Executivo ao verificar que a situação não foi resolvida em devido tempo, decidiu em reunião extraordinária que teve lugar a 19/10/2023, pela resolução do contrato, tendo enviado para o efeito carta a 20/10/2023 a notificar o arrendatário desta decisão, indicando data limite para a saída do imóvel (conforme cartas e atas em anexo).
No que diz respeito à forma como pretendemos administrar o "Bar das Lapas", entendemos que a ideia inicial se mantém válida e como tal, colocaremos novamente a concurso a sua exploração, adicionando novas cláusulas no que toca ao pagamento de rendas.
- 3) No que respeito ao ponto três, o Executivo da junta de freguesia enviou resposta escrita no dia 09 de maio de 2023, ao membro da Assembleia de Freguesia, Sr. Marco Rodrigues (em representação do PSD), com todos os documentos solicitados que enviamos em anexo.



FREGUESIA DE CERNACHE

Município de Coimbra

SITUAÇÃO FINANCEIRA

(20 de junho de 2023)

RECEITAS		DÍVIDAS A TERCEIROS	
Fundos de Manicó/ Fundos de Caixa	210,51	Faturas em conferência	6.684,79
Depósitos e instituições financeiras	298.690,43		
Total	298.900,94	Total	6.684,79

RESUMO:

Receita	298.900,94
Dívidas a terceiros:	6.684,79
Saldo de Gestão	292.216,15

Informação do Presidente da Junta à Assembleia de Freguesia/ Reunião de 22 de junho de 2023.



FREGUESIA DE CERNACHE
Município de Coimbra

Exmo. Senhor
João Manuel Correia Simões
Rua do Moinho das Lapas
Bar das Lapas
3040-850 Cernache

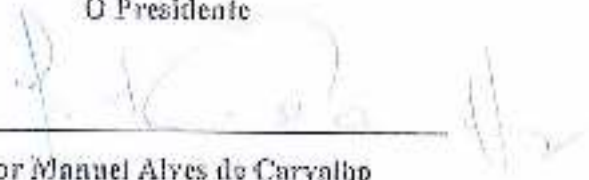
Data	N. Comunicação	V. Comunicação
08.05.2023	M	

Assunto: Pedido de Reunião - Falta de Pagamento de Rendos

Vimos pela presente solicitar a V. Exa a sua comparecência para uma reunião, a ter lugar no próximo dia 11 de maio, quinta-feira, pelas 19h30, na Sede da Junta de Freguesia de Cernache, a fim de tratar de assuntos relacionados com a falta de pagamento de rendas do Bar da Lapas.

Certos que este nosso pedido merecerá da V. Ex^a a melhor atenção, subscrevemo-nos atentamente,

O Presidente


Vítor Manuel Alves de Carvalho

João Manuel Correia Simões
Rua do Gorgulhão, nº1
Venda do Cego
3040-809 Cernache

Exmo Senhor Presidente da
Junta de Freguesia de Cernache
Rua do Moinho das Lapas s/n
3040-850 Cernache

15 de Maio de 2023,

Depois da reunião que tive com o Executivo da Junta de Freguesia, em virtude do forte investimento inicial avultado que fiz no bar das Lapas, especialmente, em máquinas, mesas, cadeiras e colocação de pavimento no chão, na altura em que estávamos a iniciar a atividade, com a abertura do bar, depois das obras que levámos a cabo, apareceu a pandemia que nos assolou durante praticamente dois anos, em praticamente só tivemos prejuízos diários.

Posto isto, e uma vez que o contrato é de três anos, não tendo ainda terminado, venho junto de Vossas Excelências apelar para a vossa compreensão no sentido de facilitarem a minha continuação no Bar das Lapas até ao final do verão, a fim de tentar "endireitar" a situação e pagar as rendas atrasadas.

Estou certo que compreenderão a minha situação, espero encarecidamente uma decisão favorável do Executivo da Junta de Freguesia de Cernache.

Com os meus melhores cumprimentos,

João Manuel Correia Simões

horas de máquina retro a 45,00 € (Quarenta e cinco euros), 30 horas de camioneta para transporte de sobranes, a 50,00 € (Cinquenta euros)/hora.-----

-----Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, o Executivo decidiu levar a cabo o Festival de Jovens Talentos da freguesia de Cernache, no próximo dia 24 de junho, bem como, o lançamento do livro de Liliana Silvério, intitulado "Maria João, a Furacão" no dia 25 de junho, ambos a realizar no Museu Moinho das Lapas.-----

-----Finalmente no ponto quatro decidiu o Executivo levar a cabo o pagamento de faturas a fornecedores.-----

-----E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou o presente ata que depois de lida e aprovada por unanimidade vai ser assinada.-----

O Presidente: _____

O Secretário: _____

A Tesoureira: _____



FREGUESIA DE CERNACHE
Município de Coimbra

Mandato 2021/2025

Ata Nº10 Reunião Extraordinária
Ata do Executivo da Junta de Freguesia de Cernache

-----Às dezanove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, na sede da Junta de Freguesia de Cernache, reuniu em décima sessão extraordinária, o Executivo da Junta de Freguesia, com a presença de todos os seus elementos, com um ponto único de ordem de trabalhos:-----

-----Ponto Único – Bar das Lapas.-----

-----Relativamente a este ponto, o Executivo reuniu com o arrendatário. Este alegou que não tinha condições para efetuar de imediato o pagamento, conforme promessas feitas na reunião de 11 de maio. Neste sentido, o Executivo decidiu levar a cabo a resolução do contrato e que em consequência, o arrendatário terá de sair o mais rápido possível, dando como prazo limite o final do mês de novembro de 2023.-----

-----E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada por unanimidade vai ser assinada.-----

O Presidente: _____

O Secretário: _____

A Tesoureira: _____



FREGUESIA DE CERNACHE
Município de Coimbra

Mandato 2021/2025

Ata Nº 20 Reunião Ordinária
Ata do Executivo da Junta de Freguesia de Cernache

-----Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, na sede da Junta de Freguesia de Cernache, reuniu em vigésima sessão ordinária, o Executivo da Junta de Freguesia, com a presença de todos os seus elementos, com o seguinte ordem de trabalhos: -

-----Ponto um – Bar das Lapas.-----

-----Ponto dois – Limpezas na freguesia.-----

-----Ponto três – Lançamento de Livro de Lilliana Silvério, "Maria João, a Furacão" e Festival de Jovens Talentos da freguesia de Cernache, no Museu Molinho das Lapas.-----

-----Ponto quatro - Pagamento de Faturas.-----

-----Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos, no seguimento da reunião havida entre a Junta de Freguesia de Cernache, representada pelo Presidente, Victor Carvalho, o Secretário, António Lopes, o Tesoureiro, Vera Martinho e o arrendatário João Manuel Correia Simões, acompanhado de seus pais, João Carlos Simões e Paula Correia, foi colocada a questão do incumprimento no pagamento das rendas do Bar das Lapas e a insustentabilidade de tal situação. O arrendatário evocou as suas razões, tendo explicado que fez um investimento inicial avultado, na ordem dos 30.000,00 € (Trinta mil euros), a crédito, e que logo no mês da abertura do bar surgiu o COVID 19, que os obrigou a encerrar de imediato, tendo causado enormes constrangimentos, o que levou a não ter condições para liquidar os compromissos assumidos. Assim, solicitou à junta a possibilidade de ficar no bar até ao final do verão, com a perspectiva de poder, nessa altura, saldar as dívidas. Face ao exposto, tendo em conta a situação excecional da pandemia e no sentido de tentar recuperar as rendas em atraso, decidiu o Executivo permitir que o arrendatário fique no bar até ao final do verão.-----

-----No que diz respeito ao ponto dois da ordem de trabalhos, perante a necessidade de utilização de uma máquina para limpeza de bermas, foram contratados 200 horas de máquina/trator com campinadeira à empresa "Emanuel Castela Almeida Unipessoal, Lda.", no valor de 35,00 € (Trinta e cinco euros) /hora, 20

Ex.mo Sr. Presidente da

Junta de Freguesia de Cernache

Sr. Victor Carvalho

Cernache, 1 de fevereiro de 2024

A Mesa da Assembleia de Freguesia de Cernache, tendo em consideração as competências enunciadas na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, vem por este meio questionar V.ª Ex.ª sobre a proposta de anulação do Protocolo Cessão Precária relativa à cedência da antiga Escola EB1 de Vila Pouca de Cernache à Junta de Cernache, assinado a 3 de agosto de 2020, em que a Junta de Freguesia se comprometia desenvolver um projeto em benefício dos idosos.

Recordamos que no atual mandato, este assunto foi, por diversas vezes, abordado em Assembleia de Freguesia, tendo V.ª Ex.ª sido questionado, na reunião havida a 5 de janeiro de 2022, por Pedro Rosário, sobre o que pensava realizar com a população sénior nesta escola (conforme documenta a página 7 da ata n.º1), tendo respondido que as atividades não tinham sido realizadas devido à situação pandémica pelo COVID 19. Recentemente, Pedro Rosário voltou a salientar a escassa ou nula utilização da escola de Vila Pouca e o senhor respondeu haver utilização do espaço (conforme documenta a página 10 da ata n.º9).

A Mesa da Assembleia de Freguesia de Cernache questiona V.ª Ex.ª, do porquê da anulação do Protocolo Cessão Precária relativa à cedência da antiga Escola EB1 de Vila Pouca de Cernache à Junta de Cernache e com o qual se comprometia desenvolver um projeto em benefício dos idosos.

Gostaríamos também de ser informados de que organismo partiu a ideia de cessação deste protocolo, se da Junta de Freguesia de Cernache ou da Câmara Municipal de Coimbra.

A Mesa da Assembleia de Freguesia de Cernache solicita informação urgente de quem/que organização apresentou pedidos para a utilização das escolas de Feteira e Casconha, conforme referido pela vereadora Ana Cortez Vaz na referida reunião camarária, o a que fim se destinam/atividades pretendem desenvolver.

Atentamente,

Assembleia de Freguesia de Cernache

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Rui Seguro Apóstolo', is written over a horizontal line.

(Rui Seguro Apóstolo)



FREGUESIA DE CERNACHE
Município de Coimbra

Ao Exmo. Senhor Presidente da
Assembleia de Freguesia de Cernache
À Mesa da Assembleia de Freguesia de Cernache

Data
06.02.2024

N. Comunicação

V. Comunicação
Ass/01-02-2024

Assunto: Protocolo de Cessão Precária da Escola EB1 de Vila Pouca

Em resposta a V. Exas, vimos por este meio informar o seguinte:

- 1- A 3 de agosto de 2020, foi assinado o Protocolo de Cessão Precária da Escola EB1 de Vila Pouca com a Junta de Freguesia de Cernache, com a duração de 3 anos, renovável. Recorde-se que foi uma luta de mais de 8 anos entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Coimbra que só foi possível fruto do compromisso entre a CDU e o PS para a viabilização do orçamento da Câmara para o ano de 2021;
- 2- O objetivo da Junta de Freguesia era ali instalar um centro de atividades para a população sénior da Freguesia;
- 3- A escola foi entregue num estado lastimável, completamente abandonada desde 2007, tendo servido, inclusivamente, como abrigo de ovelhas, pelo que a Junta de Freguesia de Cernache viu-se na obrigação de realizar pequenas obras mais prementes, dada a degradação em que a escola se encontrava, nomeadamente, a estabilização de muros e a pintura de uma sala, bem como, com o apoio da Divisão de Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra, procedeu-se ao corte de árvores de grande porte que se encontravam secas e em risco de queda, ficando, ainda, muito por fazer, em face do seu profundo estado de detloração (ver fotos em anexo);
- 4- Verificou-se a necessidade de construção de uma rampa de acesso, mudança do telhado, arranjo de casas de banho e do pátio exterior, da cerca envolvente à escola e colocação de piso, entre outras obras que envolviam um enorme investimento;

- 12- No que toca aos pedidos de utilização das escolas da Freguesia feitos pelas associações e outras entidades terá que solicitar essa informação à Câmara Municipal de Coimbra, pois desconhecemos a origem e o teor de tais pedidos;
- 13- Por fim, estranhámos que este pedido que nos chega em nome da Mesa da Assembleia de Freguesia de Cernache, seja exatamente o mesmo que foi lido por um membro do Partido Socialista em Vila Pouca, aquando da Sessão de Esclarecimento à população sobre a Escola EB1 de Vila Pouca, pelo que lamentamos que a Mesa da Assembleia de Freguesia de Cernache se confunda com o Partido Socialista de Cernache.

